

COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL NOVA LEGISLATURA

MANUTENÇÃO DOS QUADROS POLÍTICOS

Embora a cada eleição surjam novos candidatos e, conseqüentemente, novos deputados federais e senadores sejam eleitos, grande parte das cadeiras do Congresso Nacional ainda são ocupadas por parlamentares que estão há mais de uma legislatura ou já passaram por uma das Casas em mandatos anteriores. Mesmo que alguns deputados e senadores não tenham sido exitosos no pleito da reeleição, a entrada de novos parlamentares ainda é garantida, em suma, pela saída daqueles que decidem concorrer a outros cargos eletivos ou desistem de disputar as eleições. Ainda assim, concorrem com políticos já experientes, que decidem retornar ao cargo já ocupado.

Dentre os deputados federais eleitos para integrar a próxima legislatura, 315 deles já exercem o cargo ou já cumpriram mandatos na Câmara dos Deputados anteriormente. Dos 513 que exercem mandato atualmente, 391 disputaram a reeleição e 290 deles, incluindo suplentes que exerceram mandato entre 2011 e 2014, conseguiram manter-se no cargo. Desses parlamentares que permanecerão por mais quatro anos na Câmara, destacam-se nomes como Miro Teixeira (PROS/RJ), que exercerá seu 11º mandato como deputado federal, e Simão Sessim (PP/RJ), deputado desde 1979, quando ainda era filiado ao extinto ARENA.

Apesar da manutenção de políticos experientes nessa nova legislatura, nomes expressivos ficaram de fora da nova composição. Na lista dos 114 parlamentares que disputaram novamente o cargo e não conseguiram ser reeleitos, aparecem deputados que se destacaram por suas atuações e influência sobre seus colegas de partido, como o deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP) - ex-líder do PT na Câmara -, Guilherme Campos (PSD/SP) - importante liderança empresarial e ex-líder do PSD - e Roberto Freire (PPS/SP). Ressaltam-se também aqueles que não tiveram seus votos computados em razão do indeferimento de suas candidaturas pela justiça eleitoral e por ainda aguardarem análise de recurso sobre a decisão, como o deputado Paulo Maluf (PP/SP).

Já em relação aos demais parlamentares, 77 concorreram a outros cargos e 45 não disputaram nenhum. Desses 77, 10 concorreram aos governos estaduais, 21 disputaram uma vaga de vice-governador, 21 concorreram ao Senado, seis lançaram-se como suplente de senador e 19 candidataram-se ao cargo de deputado estadual.

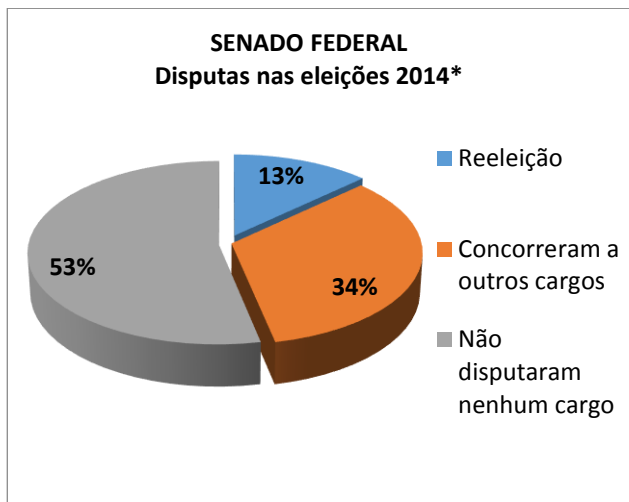
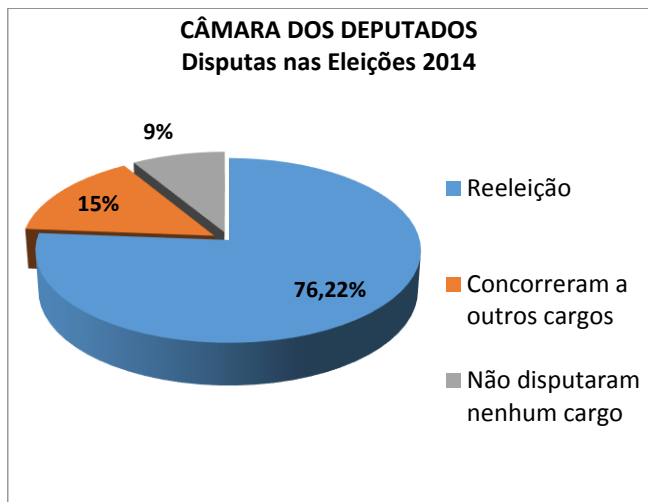
No Senado Federal, entretanto, o índice de reeleição ficou abaixo do esperado. Das 27¹ vagas disputadas nessas eleições, dez delas foram de senadores que tentaram a reeleição. Desses, apenas cinco conseguiram manter-se na Casa por mais oito anos: Álvaro Dias (PSDB/PR), Acir Gurgacz (PDT/RO), Fernando Collor (PTB/AL), Kátia Abreu (PMDB/TO) e Maria do Carmo Alves (DEM/RN).

Entre os outros senadores que se candidataram à reeleição e não obtiveram votos suficientes para continuar exercendo o cargo, destacam-se Eduardo Suplicy (PT/SP) e Pedro Simon (PMDB/RS). O parlamentar do PT, Eduardo Suplicy, já estava na Casa há 24 anos, mas foi derrotado pelo ex-governador e ex-presidenciável José Serra (PSDB/SP), que também passou pelo Senado, entre 1995 e 2003. Já Simon, que havia anunciado que não concorreria mais a nenhum cargo eletivo, assumiu a candidatura de sua coligação que era do deputado federal Beto Albuquerque (PSB/RS), o qual desistiu do pleito para entrar na chapa presidencial de Marina Silva (PSB/AC) como vice. Contudo, não foi eleito, ficando em terceiro lugar na disputa.

Os demais senadores que não se reelegeram foram Mário Couto (PSDB/PA), Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) e Gim (PTB/DF). Mário Couto chegou a ser líder de seu partido no Senado e ficou na Casa por um mandato. Mozarildo já

¹ Nestas eleições, cada unidade federativa deveria eleger apenas um representante no Senado Federal para um mandato de oito anos, totalizando apenas 27 cadeiras. As outras 54 cadeiras deverão ser disputadas nas próximas eleições gerais, em 2018, quando cada estado escolherá os nomes para ocupar as duas vagas restantes, reservadas a cada um deles, para mandato de igual duração.

cumpria o seu segundo e Gim começou como suplente, assumindo em 2009 o mandato de Joaquim Roriz, que renunciou.

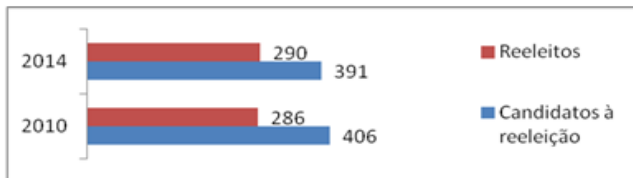


*Foram considerados nos gráficos acima a composição total das duas Casas. Desta forma, convém destacar que o alto índice de parlamentares que não disputaram nenhum cargo no Senado Federal se deve, em grande parte, ao fato de que apenas 27 das 81 cadeiras foram disputadas. Muitos dos senadores incluídos nessa parcela foram eleitos em 2010 e, por isso, deverão cumprir seus mandatos até 2019, inclusive aqueles que concorreram a outros cargos e poderão voltar a exercer seus cargos.

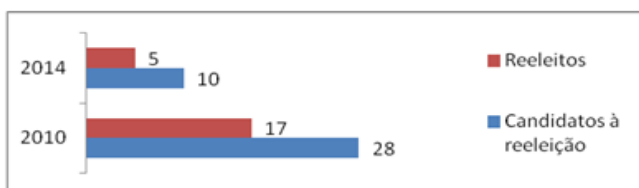
Esses resultados registram a diminuição do número de parlamentares que concorreram a um mandato consecutivo tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Em 2010, o número de deputados federais que se candidataram novamente aos cargos foi de 406, dos quais 286 foram reeleitos. Enquanto isso, no Senado Federal, das 54 vagas ofer-

HISTÓRICO DE REELEIÇÃO
Comparação entre 2010 e 2014

CÂMARA DOS DEPUTADOS



SENADO FEDERAL*



tadas, 28 foram disputadas por senadores que já exerciam mandato e 17 deles conseguiram continuar no cargo. O que contraria, portanto, a correspondência direta entre o índice de renovação e a insatisfação dos eleitores com seus atuais representantes políticos. Deste modo, é possível afirmar que a parcela de novos parlamentares foi resultante, acima das vontades e anseios populares por mudanças no cenário político, da desistência ou candidatura a outros cargos eletivos dos atuais senadores e deputados federais.

Não obstante os números de deputados e senadores reeleitos terem sido menores nestas eleições, quando comparados aos resultados de disputas anteriores, ainda prevalece a tendência de manutenção dos quadros importantes do Congresso Nacional, em detrimento da expectativa de renovação. Apesar da saída de figuras impor-

tantes, como os senadores Suplicy (PT/SP) e Pedro Simon (PMDB/RS), e da entrada de novos parlamentares nas duas Casas, permanecem como membros do legislativo federal políticos emblemáticos e com influência sobre a agenda e decisões do Congresso, como o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e Arlindo Chinaglia (PT/SP).

ÍNDICE DE RENOVAÇÃO

Inicialmente, a renovação do Congresso Nacional foi vista por grande parte da sociedade como a solução para os problemas e dilemas que envolvem tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal. Assim, passadas as

Eleições Gerais e verificada a prevalência de políticos já experientes na composição das Casas, as especulações sobre possíveis mudanças giram em torno dos novos parlamentares que ocuparão as duas Casas em 2015.

Como visto anteriormente, parte significativa dos parlamentares da atual legislatura (2011-2015), especificamente na Câmara dos Deputados, não buscaram a reeleição. Em suma, para concorrer a vagas no executivo ou no legislativo estadual. Alguns também deixaram a Câmara almejando uma vaga no Senado Federal. Igualmente destaca-se o número de deputados federais e senadores que se abstiveram da reeleição para focarem na candidatura de peças importantes de suas legendas e para apoiar a candidatura de seus filhos (as) ou consortes. Por outro lado, chama também a atenção o número de candidatos que tentaram a reeleição para o legislativo federal e apoiaram seus filhos para o legislativo estadual.

Como exemplos, temos o Deputado Abelardo Lupion (DEM/PR), que após sete mandatos consecutivos, saiu de cena para contribuir com a campanha pela reeleição do governador Beto Richa (PSDB) e o deputado Eliseu Padilha (PMDB/RS), que optou por se dedicar à campanha de Michel Temer (PMDB), que concorre novamente como vice-presidente da República na chapa de Dilma Rousseff (PT). Além dos dois primeiros, o Deputado Vilson Covatti (PP/RS) também decidiu não se reeleger para apoiar a eleição do filho, Luís Antônio Covatti, eleito Deputado Federal.

Visto que dos 391 parlamentares que buscaram a reeleição, 114 não tiveram êxito, e 115 não se candidataram à reeleição, o número total de renovação da Câmara dos Deputados gira em torno de 43,5%². Assim, a Câmara terá 223 “novos” deputados a partir de 2015. Entretanto, 25 deles, apesar de não participarem da legislatura anterior, já tiveram mandato em algum momento e retornam à Casa.

Já no Senado Federal, somente cinco dos dez senadores que tentaram a reeleição conseguiram renovar o mandato. Assim, das 27 cadeiras em disputa - 1/3 da composição do Senado Federal -, 22 serão ocupadas por “novos” senadores.



Do total de 223 novos deputados Federais, a porcentagem daqueles que assumem o mandato pela primeira vez é de 38,6%. Já no Senado, dentre os 22 senadores que ocuparão as vagas até 2022, apenas um é estreado na política, Lasier Martins (PDT/RS).

Apesar de significativa, a porcentagem de 38,6% não indica que esses novos parlamentares nunca ocuparam cargos políticos. No Brasil, a trajetória política que determinado candidato tem de seguir até tornar-se deputado federal ou senador, costuma exigir uma experiência no legislativo e/ou executivo estadual. Desta maneira, os casos em que candidatos sem nenhuma vinculação política anterior disputaram seu primeiro pleito e foram eleitos são minorias.

Em um universo de 223 novos parlamentares, apenas 67 podem ser enquadrados nesse recorte. Entretanto, dentre os 67, 16 possuem parentesco indireto com políticos experientes e 10 possuem parentesco direto com parlamentares da atual legislatura. Destaca-se ainda que dos 223 novos parlamentares, 69,95% já ocuparam cargos no legislativo ou no executivo das esferas municipais e estaduais, sejam eles eletivos ou comissionados.

Entre eles, destacam-se os deputados Arthur Bisneto (PSDB/AM), filho do prefeito de Manaus Arthur Virgílio Neto (PSDB), campeão de votos no estado e único a atingir o quociente eleitoral; Clarissa Garotinho (PR/RJ), filha do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (PR/RJ); Daniel Vilela (PMDB/GO), filho do prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, eleito com 179.214 votos; Pedro Cunha Lima (PSDB/PB), eleito com 179.886 votos, filho do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), que disputa, em segundo turno, o governo do estado; Walter Alves (PMDB/RN), filho do ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves; Betinho Rosado Segundo (PP/RN), filho do atual deputado Betinho Rosado (PP/RN), que não se candidatou à reeleição; Newton Cardoso Jr. (PMDB/MG), filho do atual deputado e ex-governador do estado, Newton Cardoso (PMDB/MG) e Mário Negromonte Jr. (PP/BA), filho do ex-deputado Mário Negromonte.

² Inclui-se nesse índice os deputados que, em algum momento, já exerceram mandato na Câmara dos Deputados.

Entre os eleitos com cônjuges na política, destaca-se Rejane Dias (PT/PI), eleita com 134.157 votos, esposa do senador eleito governador do Piauí, Wellington Dias (PT), e Ricardo Barros (PP/PR), esposo da deputada federal Cida Borghetti (PROS/PR), eleita vice-governadora do Paraná na chapa de Beto Richa (PSDB/PR).

Já entre os filhos de políticos eleitos para o legislativo estadual, destacam-se o filho do deputado federal Jair Bolsonaro (PP/RJ), Flávio Bolsonaro (PP/RJ), terceiro mais votado no estado; a filha da deputada federal Cida Borghetti (PROS/PR), Maria Victoria (PP/PR); o filho do deputado reeleito Fernando Francischini (SD/PR), Felipe Francischini (SD/PR) e o filho do senador Roberto Requião (PMDB/PR), Requião Filho (PMDB/PR).

No Senado Federal, de um universo de 22 novos eleitos, 21 dos parlamentares já ocuparam um cargo no legislativo e/ou executivo estadual e federal. Salienta-se ainda que destes 21, 8 ocupavam o cargo de Deputado Federal na atual legislatura, a saber: Gladson Cameli (PP/AC), David Alcolumbre (DEM/AP), Reguffe (PDT/DF), Rose de Freitas (PMDB/ES), Ronaldo Caiado (DEM/GO), Wellington Fagundes (PR/MT), Romário (PSB/RJ) e Fatima Bezerra (PT/RN).

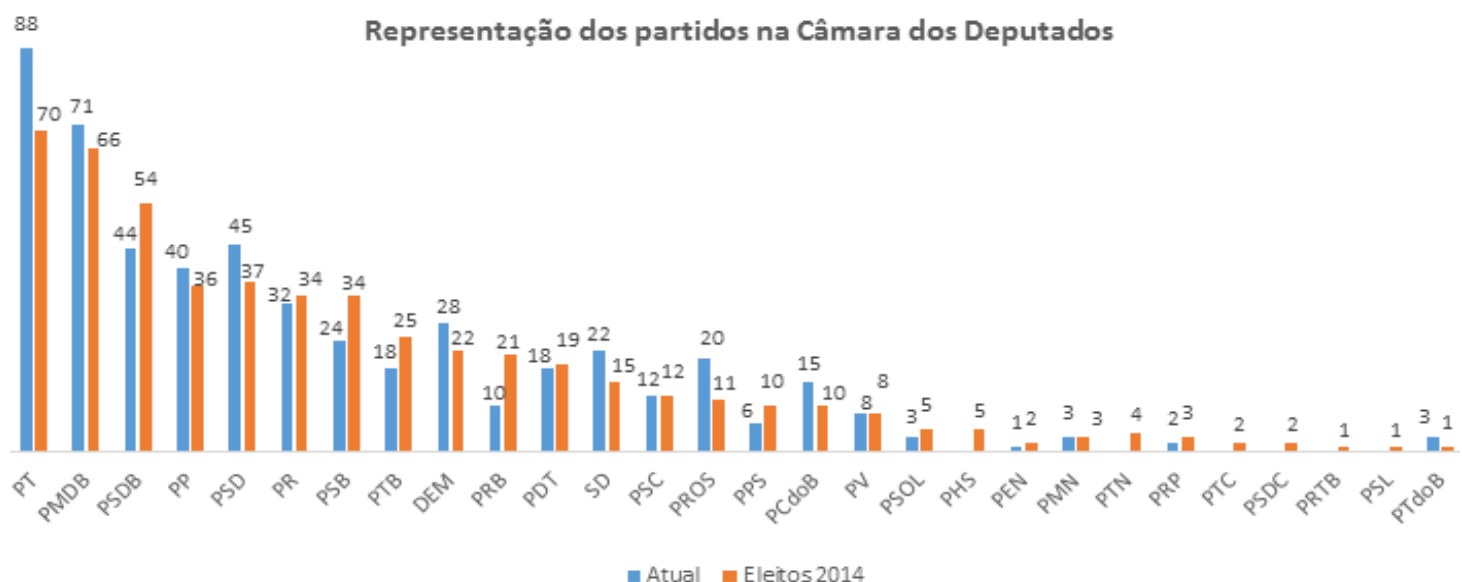
De acordo com os dados acima, nota-se que a renovação que tem sido abordada pela mídia e almejada pela sociedade não é efetiva. No Brasil, assim como em outros países, há uma grande circulação no poder. Expressivo é o número de parlamentares que fazem a carreira política alternando a presença no legislativo com a eleição em cargos executivos. E à isso soma-se a prática de transferência de redutos eleitorais para filhos ou consortes.

Portanto, a mudança de nomes não significa necessariamente uma alteração radical no perfil dos deputados ou senadores. As cadeiras renovadas acabam ocupadas por políticos tradicionais, como ex-governadores, ex-prefeitos e ex-deputados federais. E as bases eleitorais e os interesses que serão defendidos no Congresso, em parte, permanecem os mesmos, já que os familiares são, em grande parte das vezes, herdeiros eleitorais e compartilham o mesmo perfil político e ideológico de seus pais ou cônjuges. Desta maneira, embora significativa, a renovação não é necessariamente qualitativa.

BANCADAS PARTIDÁRIAS

No que concerne às bancadas partidárias, salienta-se que as previsões que apontavam para uma retração das duas maiores bancadas na Câmara dos Deputados, PT e PMDB, se concretizaram. Em relação à bancada atual - eleita em 2010 - o PT perdeu 18 vagas na Câmara, e o PMDB, cinco. Ainda assim, as legendas continuam com as duas maiores bancadas da Câmara dos Deputados. Neste pleito, o PT elegeu 70 deputados federais e mantém a maior bancada para o ano que vem. Já o PMDB, segunda maior bancada, elegeu 66 deputados.

Por sua vez, o PSDB do candidato Aécio Neves, elegeu a terceira maior bancada da Câmara e terá 54 deputados, 10 a mais do que tem atualmente. O PSB, em comparação à legislatura atual, também teve um expressivo crescimento e conta agora com mais 10 deputados. Destaca-se ainda que entre os sete partidos classificados como médios (PSB/PP/PSD/PR/PTB/DEM/PRB), que possuem entre 20 e 49 deputados, somente o PSB, o PTB, o PRB e o PR cresceram. Já o DEM e o PSD, em comparação com a bancada atual, foram os que apresentaram maior redução no número de deputados. Veja no gráfico, abaixo, uma representação da composição das bancadas para 2015.



Entre os fatores que poderiam explicar essa retração das duas maiores legendas da Câmara dos Deputados, bem como o crescimento do PSDB, destacam-se três: falta de consenso em relação aos nomes indicados para concorrer aos cargos majoritários estaduais; desentendimento ideológico com os partidos e a inserção de pequenos partidos no espectro político.

Após as convenções finais para definição dos nomes que concorreriam às eleições gerais de 2014, imbróglis políticos surgiram e fizeram com que algumas coligações fossem abaladas e que as alianças construídas em nível nacional não fossem reproduzidas em âmbito estadual. No caso petista, por exemplo, o descontentamento das tendências internas do partido com a escolha do nome do ex-ministro Alexandre Padilha teria resultado na pequena quantidade de deputados eleitos pela sigla no estado de São Paulo. A derrota de Padilha trouxe ainda novas complicações que podem atrapalhar a campanha da Presidente Dilma Rousseff (PT), que tenta a reeleição. A culpa pelo desempenho nas urnas aquém do patamar histórico do PT no estado tem sido conferida a outros integrantes do partido pela falta de dedicação à campanha do ex-ministro, o que tem acirrado os ânimos dentro do PT.

Já no que concerne às mudanças de legendas, nota-se que no Brasil tal fato, em suma, se dá pela busca de maiores benefícios políticos na nova sigla. Como, por exemplo, maior apoio para a disputa de determinado cargo. Entretanto, tem sido significativo o número de quadros que deixam seus partidos por não mais compartilharem com o posicionamento ideológico da legenda. Assim, essas figuras, que em grande parte já eram conhecidas, acabam levando para o novo partido seus votos e seus históricos políticos. É o caso dos Deputados Federais reeleitos Ivan Valente (PSOL/SP) e Chico Alencar (PSOL/RJ), que deixaram o PT em 2005.

Ademais, destaca-se que houve um aumento do número de partidos com representação na Câmara dos Deputados, passando de 22 para 28, com a eleição de candidatos oriundos do PHS/PTN/PTC/PSDC/PRTB/PSL. Dos 32 partidos registrados na Justiça Eleitoral, atualmente, apenas PSTU, PCB, PCO e PPL não elegeram representantes.

No que diz respeito às bancadas dos quatro maiores colégios eleitorais, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, nota-se que em São Paulo a bancada do PSDB ganhou mais uma vaga na Câmara dos Deputados. O partido elegeu 14 deputados. Na eleição de 2010, foram 13 eleitos. Já o PT perdeu seis cadeiras na Casa, passando de 16 para 10 deputados federais. E aparece seguido do PRB, com oito deputados. Já em Minas Gerais, o PT continua sendo o partido com mais deputados eleitos. Se antes a Câmara possuía nove petistas ocupando cadeiras, agora serão 10. O PSDB também cresceu e foi de seis para sete e o PMDB continuou com seis representantes. Na Bahia o PT terá a maior bancada com oito deputados, seguido do DEM, PP e PSD, com quatro deputados cada. Já o PMDB elegeu apenas um deputado e o PSDB três. No Rio de Janeiro, a maior bancada será do PMDB, com oito deputados, que aparece seguido do PR e PSD, ambos com seis candidatos eleitos. Já o PT elegeu cinco deputados e o PSDB, apenas um.

Já no Senado Federal, o PMDB foi o partido que mais elegeu senadores. Dos 27 cargos em disputa, a sigla elegeu quatro novos senadores e reelegeu Katia Abreu (PMDB/TO). PDT e PSDB aparecem logo em seguida com quatro senadores, cada. Já o PT elegeu apenas dois senadores. Até agora, o PMDB permanece com a maior bancada, com 18 senadores, seguido do PT, com 12, e do PSDB, com 10. Um dos destaques da nova bancada, que ainda é provisória, é o crescimento do PSB, que subiu de quatro para sete senadores. O PTB fez caminho inverso: tinha seis e ficou com três.

Ressalta-se, entretanto, que a mudança no Senado poderá ser ainda mais intensa após o segundo turno das eleições (26/10), tendo em vista que seis senadores estão disputando o segundo turno para governos estaduais; dois disputam a vaga de presidente e vice-presidente e dois já foram eleitos em primeiro turno, Pedro Taques (PDT/MT) e Wellington Dias (PT/PI), o que indica que dois suplentes deverão assumir.

Por isso, o tamanho das bancadas no Senado no ano que vem continua indefinido, já que muitos suplentes não são obrigatoriamente do mesmo partido dos titulares - que poderão deixar o cargo.

**Representação dos partidos
no Senado Federal**

PARTIDO	BANCADA ATUAL	BANCADA APÓS 2014
DEM	4	5
PCdoB	2	1
PDT	6	8
PPS	0	1
PMDB	19	18
PP	5	5
PR	4	4
PRB	1	1
PROS	1	1
PSB	4	7
PSD	1	3
PSDB	12	10
PSOL	1	1
PT	13	12
PTB	6	3

BANCADAS INFORMAIS

Conseqüentemente às alterações nas bancadas partidárias, as chamadas “bancadas informais” também sofrerão mudanças na sua representação no Congresso Nacional. As bancadas informais são compostas por parlamentares de diversos partidos que compartilham dos mesmos valores e propostas ou defendem um mesmo setor ou classe. Também reconhecidas através de frentes parlamentares, as bancadas informais operam como grupos de pressão, em favor de reivindicações e pleitos específicos relacionados ao seu tema de atuação.

A cada nova legislatura do Congresso Nacional, os interesses e a influência dos setores representados são alterados, em consonância às regras de alternância e renovação no Poder. Entretanto, a correlação entre o ambiente socioeconômico e a esfera política tende a favorecer alguns segmentos em detrimento de outros, a exemplo das bancadas ruralista e empresarial que, embora tenham eventuais perdas, conseguem manter sua força em número e influência no processo decisório.

Apesar da perda de membros importantes, como os deputados Moreira Mendes (PSD/RO), Giovanni Queiroz (PDT/PA) e Guilherme Campos (PSD/SP), os quais não foram reeleitos, e de Abelardo Lupion (DEM/PR), Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), Eduardo Sciarra (PSD/PR) e Sandro Mabel (PMDB/GO), que não concorreram nessas eleições, a bancada ruralista permanecerá como um dos maiores grupos suprapartidários do Congresso Nacional. De acordo com levantamento feito pela própria Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), dos 513 deputados federais eleitos, 263, cerca de 51%, são ligados ao setor agropecuário. Destes, 139 (27%) que já integram a frente foram reeleitos e os demais, 124 (24%), são novos parlamentares ligados à agropecuária.

Ademais, a bancada também foi fortalecida no Senado Federal com a reeleição de Kátia Abreu (PMDB/TO) e a eleição dos deputados Ronaldo Caiado (DEM/GO), Rose de Freitas (PMDB/ES), Wellington Fagundes (PR/MT) e Davi Alcolumbre (DEM/AP) como novos senadores.

Outra bancada fortalecida nestas últimas eleições foi a feminina. Ainda que aquém do esperado, cresceu de 45 para 51 o número de mulheres na Câmara dos Deputados, que passarão a representar 9,94% da composição da Casa. O índice de renovação das parlamentares foi de 56,8%. Das 51 deputadas eleitas, 29 não pertencem à atual legislatura. Com seis deputadas cada um, Rio de Janeiro e São Paulo foram os estados que mais elegeram mulheres. Em contrapartida, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe não elegeram nenhuma parlamentar. O partido que mais elegeu mulheres foi o PT, com nove deputadas.

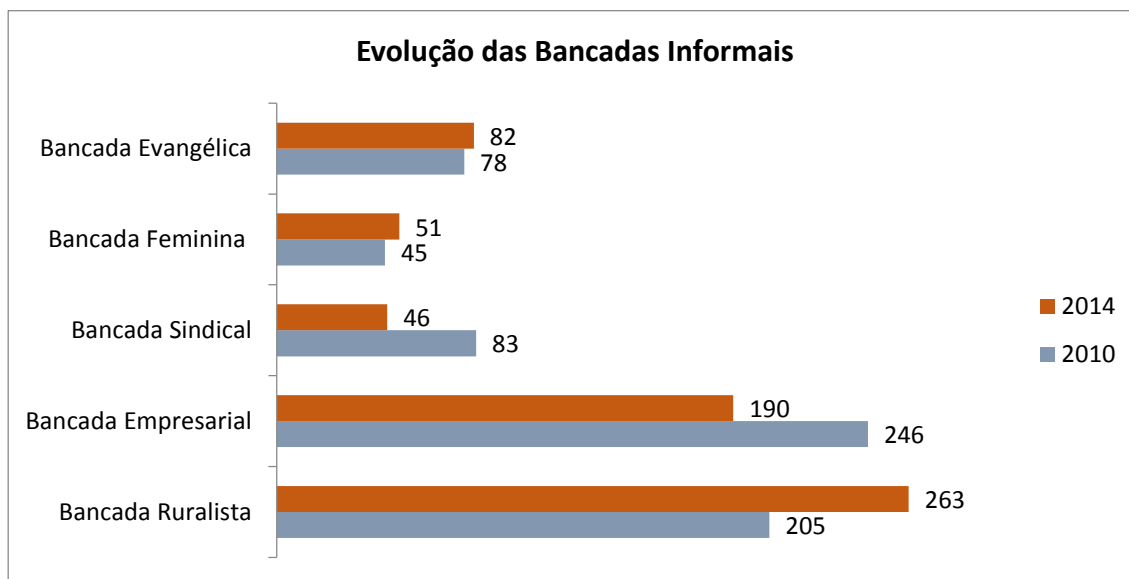
A bancada feminina também cresceu no Senado Federal. Lá, cinco novas parlamentares se juntarão a seis senadoras que já cumprem mandato na Casa e, juntas, totalizarão 13,6% da composição.

Já outras importantes bancadas tiveram um resultado menos favorável. A bancada empresarial, de acordo com levantamento preliminar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), sofreu uma queda no número de parlamentares que irão compô-la nesta nova legislatura. Segundo a instituição, na Câmara dos Deputados, 30 novos parlamentares somar-se-ão aos 160 membros reeleitos, totalizando 190 integrantes. A bancada atual, eleita em 2010, possui 246 representantes na Casa. Apesar da diminuição, o número ainda é bastante significativo e sua composição ainda agrega parlamentares importantes, como Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e Mendonça Filho (DEM/PE). Desta forma, é esperado que a bancada continue bastante atuante e reforce pleitos como a redução da carga tributária e o desenvolvimento da competitividade da indústria nacional.

Mas foi a bancada sindical a mais impactada negativamente com a renovação do Congresso. Segundo o DIAP, o número de representantes passará de 83 para 46 parlamentares nesse novo mandato, sendo 32 deles reeleitos e 14 novos deputados. O dado já tem sido motivo de preocupação para as lideranças do setor no Congresso.

Por outro lado, bancadas como a evangélica ganham mais destaque e peso nessas eleições. Após considerar apenas os reeleitos e alguns novos parlamentares, que são reconhecidamente evangélicos por ocuparem cargos nas estruturas das instituições religiosas, o DIAP identificou um total de 82 deputados e deputadas. Destes, 44 foram reeleitos e 38 ocupam o cargo eletivo pela primeira vez. Ainda de acordo com o departamento, além de ter aumentado em quatro o número de representantes, há expectativa de que esta composição aumente ao longo da legislatura, conforme verificado em mandatos anteriores.

Este cenário no qual se destaca o crescimento das chamadas bancadas conservadoras, correspondentes ao setor agropecuário e evangélico, reforça o argumento contrário à renovação e ao reflexo das manifestações ocorridas em julho do ano passado nessas eleições. O crescimento dessas bancadas, aliado ao índice ainda considerável de reeleição, torna esta nova legislatura menos propensa a mudanças e dificulta os avanços nas discussões mais polêmicas da pauta social, como o aborto e o casamento gay.



GOVERNO X OPOSIÇÃO

Entre todas as incertezas que circundam o atual cenário político brasileiro, a única afirmação possível é que independentemente de quem vença a disputa pela Presidência da República, as negociações no Congresso Nacional demandarão um maior esforço político. Tendo em vista a alta fragmentação partidária verificada após o primeiro turno das eleições gerais, o Poder Executivo deverá empreender um grande esforço para negociar com os pequenos partidos, tanto para grandes votações quanto para deliberações específicas via comissões permanentes ou temporárias.

A candidata petista Dilma Rousseff tem sido rotulada como uma presidente rígida e pouco flexível aos interesses políticos da oposição. Tal postura política acabou resultando em momentos de tensão durante as negociações de projetos prioritários com o Congresso Nacional e dificultando a aprovação de matérias consideradas prioritárias pelo Governo. Além disso, destaca-se a criação do chamado “blocão”, por alguns partidos da base aliada e outros da oposição, cujo objetivo era o fortalecimento das legendas, e a instabilidade da base governista que resultou na diminuição do número parlamentares que apoiam a Presidente. Em 2011, a coalizão contava com 19 partidos na Câmara dos Deputados, totalizando 393 cadeiras. Atualmente, o governo conta com o apoio de 314 deputados (61,2%) de 12 partidos e de 51 senadores (62,9%) de 8 legendas, número este que não mudou nos últimos anos. Assim, caso a Presidente Dilma Rousseff (PT) reeleja-se, apesar de seu partido possuir a maior bancada na Câmara e a segunda maior bancada no Senado, enfrentará dificuldades para manter a fidelidade da base e para negociar com os partidos médios e pequenos.

Nesse sentido, destaca-se um cenário futuro mais favorável ao candidato do PSDB, Aécio Neves, que possui um perfil mais flexível em relação à Presidente Dilma Rousseff (PT). Teoricamente, em virtude de seu histórico político no Congresso Nacional, Aécio Neves (PSDB), teria maior traquejo para negociar com os partidos da base e com a própria oposição. Entretanto, alguns fatores podem vir a contrariar essas previsões. Caso o PSDB vença o pleito, a bancada petista tornar-se-á oposição. Nesse sentido, as relações e negociações entre governo e oposição não deixarão de ser árduas.

Ademais, como já destacado, a alta fragmentação partidária característica dessa eleição implicará em um esforço intenso de negociação com as menores bancadas. Desta maneira, é impossível prever se em uma possível vitória de Aécio Neves, o PSDB conseguirá realizar todas essas articulações de maneira a construir uma coalizão minimamente parecida com as coalizões existentes no governo Lula e no governo Dilma. Por mais que a tendência natural seja o

PMDB se alinhar com o PSDB, visto o poder de força centrípeta que o presidente ocupa nos primeiros meses de governo, *a priori*, essas composições demandarão árduos esforços.

Além disso, salienta-se que algumas das propostas anunciadas ao longo da campanha de Aécio, caso cheguem a se concretizar, poderão chocar sua futura base. O presidencialista tem anunciado sua intenção em redesenhar a máquina pública, cortando o número de ministérios para algo próximo da metade e reduzindo em cerca de 30% o número de cargos comissionados. Tal fato poderá desagradar os partidos de uma futura coalizão, visto que a conferência de ministérios aos partidos da base, em tese, tem sido fator primordial para a manutenção de determinada coalizão. Ou seja, a necessidade de adequar a formação ministerial à heterogeneidade de interesses conduz os governos a modificarem, com certa frequência, a estrutura organizacional dos órgãos ministeriais. E tal fato visa muito mais à pressão da diversidade de interesses do que propriamente à critérios técnicos (SANTOS, Fabiano, 2006).

Em síntese, a fragmentação partidária verificada resultará em situações de difíceis negociações futuras para questões polêmicas e à uma difícil governabilidade. Assim, qualquer um dos dois presidencialistas deverá encontrar grandes dificuldades para aprovar propostas, principalmente aquelas relacionadas às reformas estruturais.

*Equipe da
Umbelino Lôbo
Assessoria e Consultoria*